

**VI JORNADA BRASILEIRA  
DE SOCIOLOGIA**

MODERNIDADE E SUL GLOBAL

9, 10 E 11 DE OUTUBRO DE 2019



UFPEL



INSTITUTO DE FILOSOFIA,  
SOCIOLOGIA E POLÍTICA



IFISP - UFPEL

**VI Jornada Brasileira de Sociologia**

*Modernidade e Sul Global*

Outubro, 2019, Pelotas/RS

GT 03 – Conflitos e Controvérsias Ambientais

**RIO ARAGUARI, FONTE DE ‘ENERGIA’ PARA QUEM? CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NO MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES (AMAPÁ-BRASIL).**

## **RIO ARAGUARI, FONTE DE ‘ENERGIA’ PARA QUEM? CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NO MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES (AMAPÁ-BRASIL).**

Kássia Cristina Neves de Oliveira<sup>1</sup>

No município de Ferreira Gomes no estado do Amapá, encontram-se três hidrelétricas: a de Coaracy Nunes inaugurada em 1973; a de Ferreira Gomes S/A; e a de Cachoeira Caldeirão. Estes grandes projetos estão localizados na Bacia do Rio Araguari e situados em áreas muito próximas fisicamente. Este trabalho tem como objetivo identificar os impactos sociais, ambientais e econômicos onde as comunidades do entorno do município de Ferreira Gomes estão expostas. Esta pesquisa está dividida nas duas seções seguintes: A chegada das Hidrelétricas no Brasil e Amapá, fazendo um contexto histórico para que assim o objetivo da pesquisa seja bem mais explorado e explanado de forma satisfatória; e a segunda seção que se trata sobre Fonte de energia para quem? Os impactos sociais em Ferreira Gomes. O escopo principal deste trabalho é a problematização da construção de barragens na região como principal fator dos impactos supracitados ressaltando o mito da ‘modernização’ como uma das vantagens desses grandes empreendimentos no município. A pesquisa tem como metodologia revisão bibliográfica

**Palavras-chave:** Hidrelétricas; Impactos socioambientais; Energia; Rio Araguari.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Licenciatura em Sociologia do 6º semestre da turma de 2017, Bolsista no Programa de Educação Tutorial, Conexões de Saberes de Ciências Sociais-PET/CS da Universidade Federal do Amapá. - [kassiaoliveira1999@gmail.com](mailto:kassiaoliveira1999@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de instalação de barragens no município de Ferreira gomes no estado do Amapá, traz à tona discussões que englobam várias questões, com desdobramento na área do meio ambiente. Esses empreendimentos também podem gerar transformações sociais e ambientais, o que implica interferência em todos os aspectos da vida das populações da região, entre esses, no seu modo de vida - que era visto como “primitivo” (LIMA, 1999, p. 13). A geração de energia hidrelétrica, entretanto, carrega o estigma de “renovável” por produzir menos impactos que as demais, a exemplo das termelétricas. Neste cenário, muitos projetos de instalação destes grandes empreendimentos no Brasil, principalmente na Amazônia, foram produzidos nos últimos trinta anos.

Para que seja possível compreender o processo de implementação e exploração desses grandes empreendimentos é imprescindível ler Violeta Loureiro (2009), a autora é uma legítima representante da intelectualidade amazônica. Em “A Amazônia no Século XXI” ela faz uma forte crítica sobre a exploração da Amazônia pelos primeiros europeus na região, desenvolvendo um apanhado até os dias atuais destacando alguns elementos fundadores e até mesmo estruturantes para a história da mesma que foram assíduos ao longo do tempo. Para explicar esses elementos, Violeta os identifica e analisa cada um em sua própria dinâmica, alertando que em alguns momentos um ganhe mais visibilidade e importância que os demais, tendo como consequência a exclusão dos mais desfavorecidos do corpo na região. Primeiramente, Violeta enfatiza que a persistência de políticas de cunho elitista, patrimonialista e que são voltadas especialmente para a acumulação de capital, seriam um dos traços fundamentais na formação social da Amazônia. Consequentemente, essas políticas são propiciadoras de uma imensa concentração de capital por parte de grupos econômicos privados nacionais, estrangeiros ou multinacionais, resultando, assim, na exclusão das populações que habitam na região que seriam os caboclos, ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas e todos que não compõem a camada das elites. No que concerne ao processo de implementação dessas barragens no município de Ferreira Gomes, esses grandes empreendimentos são conjunto de uma política que, primeiramente, se lança com a ideia de “modernizar” a região como uma nova forma de desenvolvimento a fim de que a construção dessas barragens seja interpretada como a promessa de novas oportunidades para o município e a quem ocupa ele.

Dentre os impactos gerados com a instalação desses grandes projetos, verifica-se os impactos socioambientais na região tendo como influência das construções dessas hidrelétricas o desmatamento para a construção do empreendimento, a formação de reservatórios, o aumento de modificações ambientais decorrentes do crescimento demográfico, a precariedade das condições de salubridade da população impactada e a proximidade física de residentes das áreas do entorno. (PANTOJA; ANDRADE, 2012, p. 2). O município de Ferreira Gomes no Amapá agrega três empreendimentos de geração de energia, a hidrelétrica de Coaracy Nunes, a Hidrelétrica de Ferreira Gomes S/A e a de Cachoeira Caldeirão. Estes três empreendimentos estão localizados na Bacia do Rio Araguari e situados em áreas próximas, dessa maneira expondo as comunidades do entorno a esses diversos impactos socioambientais.

O objetivo principal deste trabalho se pauta em analisar e identificar os impactos sociais, ambientais e econômicos onde as comunidades do entorno do Rio Araguari estão expostas, utilizando-se como metodologia estudos de revisão bibliográfica, explorando noticiários, entrevistas que discorrem sobre os impactos. Esta pesquisa tem a intenção de problematizar a construção de grandes projetos como “ponte” para “modernizar” as cidades pequenas, quando na verdade, o processo de construção de barragens deixa pelo caminho os problemas já supracitados e que serão explorados durante o trabalho.

Nesse contexto, e para melhor compreensão dividiu-se este estudo em dois pontos de discussão, sendo o primeiro sobre a chegada das hidrelétricas no Brasil; o segundo problematiza a fonte de energia que esses grandes empreendimentos iriam favorecer para a região, analisando os impactos sociais e econômicos no município de Ferreira Gomes em decorrência do funcionamento das hidrelétricas e como esses grandes projetos foram recebidos pela população local.

## **2 A CHEGADA DAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL**

A construção de hidrelétricas no Brasil não foi um processo recente, sendo este um país portador de grande potencial hidroenergético com uma capacidade proeminente de exploração de suas bacias hidrográficas, e em escala internacional é considerado um dos pioneiros na utilização de energia elétrica. O processo de produção de energia a base da hidroeletricidade deu-se no final do século XIX, e a primeira unidade de produção de

energia hidrelétrica construída no país foi a Usina de Ribeirão do Inferno, em Minas Gerais, inaugurada em 1883 pela diligência do setor industrial (têxtil e de mineração). Em compensação, a primeira UHE com serviço de utilidade pública foi a Usina de Marmelos-Zero que começou a operar a partir de 1889 de propriedade da Companhia Mineira de Eletricidade (AYRES, 2009; AMARAL; MACHADO; MOLTON, 2010).

A grande importância da energia elétrica para a sociedade, seja ela social ou econômica, é proveniente do fato de ser insubstituível em vários processos, e com ela, pode-se substituir várias demandas energéticas, tendo assim um caráter estratégico. Essa fonte de energia é a que mais cresce no mundo, tendo em vista que esse tipo de energia é reconhecida por ser um recurso renovável e que possui baixo impacto ambiental no que se refere a poluição atmosférica.

Desde o início da inserção das primeiras usinas hidrelétricas no país o Estado sempre esteve presente, seja com o apoio direto ou instigando com seus planos de governo (AMARAL; MACHADO; MOLTON, 2010). Dentre estes se podem ressaltar os mais recentes, os Planos Plurianuais<sup>2</sup>, que eclodiu em 1996, sendo eles os seguintes: Brasil em Ação (1996-1999), Avança Brasil (2000-2003), Plano Plurianual (PPA/2004-2007), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC/2008-2011), e mais recentemente foi possível vivenciar a solidificação do PAC-2 (2012-2015). Uma das concepções mais marcantes desse tipo de planejamento são as grandes obras na Amazônia, como rodovias e hidrelétricas (FEARNSIDE; LAURANCE, 2012).

A construção de hidrelétricas resultou benefícios onde podemos apontar o baixo custo de produção, a produção de energia renovável, a baixa emissão de poluentes, o controle da vazão dos rios, a irrigação para a agricultura e entre outros (PONTES, 2009). Outrossim, esses empreendimentos são uma necessidade para o desenvolvimento regional, sendo que a energia elétrica atrai novos investimentos gerando emprego e renda, criando oportunidades de avanço de capital produzindo modificações na economia local (AYRES, 2009).

O Brasil é conhecido mundialmente como grande produtor de energia renovável, visto que há muitas décadas a energia elétrica se vestiu deste estigma. No entanto, o fato de

---

<sup>2</sup> Os Planos Plurianuais são um conjunto de investimentos do governo federal brasileiro para períodos de quatro anos (FEARNSIDE; LAURANCE, 2012).

ser concebida como renovável não faz dela um agente que não gere impactos ambientais, ou que não possua implicações negativas. Dentre os principais impactos negativos aponta-se a alteração nas características hidrológicas, geomorfológicas locais, climáticas e até mesmo impactos biológicos que afetam a fauna e a flora terrestre do local e a saúde das populações (PONTES, 2009).

Para Fearnside (2010), a construção de hidrelétricas causa impactos ambientais inevitáveis, tanto positivos quanto negativos e dentre o repertório de impactos negativos produzidos pelas Usinas Hidrelétricas podem-se relevar os seguintes danos: sobre povos indígenas, os reassentamentos, sobre os residentes a vazante, na economia, na saúde, na produção de alimentos e no clima de sistemas aquáticos.

Como consequência destes processos de implantação de barragens, para Fenill (2002), têm-se grandes alterações na fauna, na flora, no clima local e no clima regional, assim como do deslocamento de populações. Já para Violeta Loureiro (2009), políticas desenvolvimentistas têm efetivado mais exclusão social e pobreza do que o bem-estar generalizado para todas as camadas sociais da região. No que concerne aos impactos socioeconômicos gerados pela implantação de barragens hidrelétricas, destacam-se os principais: criação de expectativas, alteração do cotidiano da população, alteração demográfica, intensificação do tráfego, alteração no quadro de saúde, perda de terras e benfeitorias, desestruturação da unidade de produção familiar, interferência no fluxo turístico da região. Acrescenta-se a este quadro os empregos temporários, que geram uma falsa sensação de prosperidade na região.

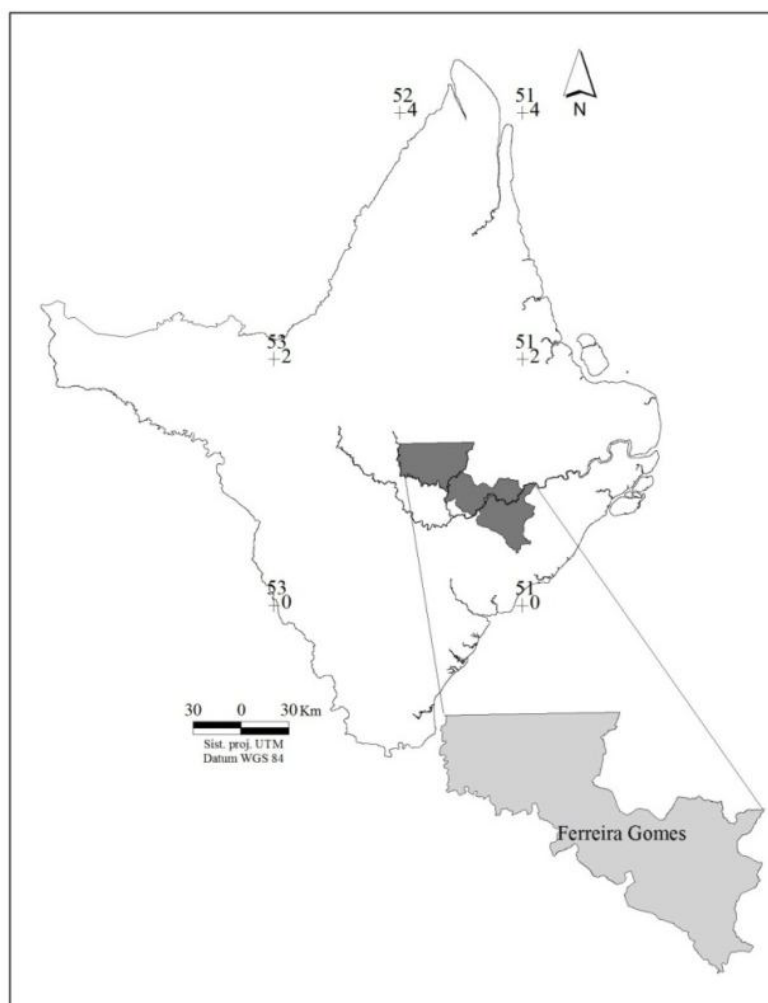
Com a chegada desses grandes projetos no município de Ferreira Gomes, a problemática aqui é contextualizar o mito da “modernização” como uma das promessas e objetivo desses grandes empreendimentos na cidade, levando em consideração o histórico de impacto socioeconômico e ambiental que foi apresentado até então, visto que o município de Ferreira Gomes não está isento destas problemáticas.

Outrossim, a proposta é repensar o desenvolvimento da Amazônia implicando no que hoje se entende por desenvolvimento para a região e sua finalidade – e qual seria essa finalidade. Desenvolvimento remete apenas à ganhos materiais? A finalidade de desenvolvimento consiste na distribuição plena de alguns direitos básicos, visa acesso a bens e serviços econômicos entendidos como mínimos fundamentais.

### 3 FONTE DE ENERGIA PARA QUEM? OS IMPACTOS SOCIAIS EM FERREIRA GOMES

O Estado do Amapá está localizado no extremo Norte do Brasil, na faixa de fronteira setentrional amazônica, possui uma população de 669.526 habitantes distribuídos por 16 municípios. Dentre estes se encontra o município de Ferreira Gomes, que está situado na região sudeste do Estado, com uma área de 5.046,25 km<sup>2</sup> e limitando-se com os municípios de Pracuúba e Amapá (ao norte), Porto Grande (ao Sul), Tartarugalzinho e Cutias (ao Leste), Porto Grande e Serra do Navio (ao Oeste), assim como mostra o mapa 01. É distante 137 km da capital Macapá, e possui uma população estimada de 6.141 habitantes (INSTITUTO 2010; 2012) distribuídos em 16 urbes.

**Mapa 01:** Mapa de localização da área



**Fonte:** Produzido por Marta Vieira da Silva (2012).

A seleção deste município para a realização desta pesquisa se baseou pelo fato, como já citado anteriormente, da localização da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, abrigando ainda a Hidrelétrica Ferreira Gomes Energia e Cachoeira Caldeirão, ressaltando que tais empreendimentos geram impactos socioambientais significativos para o estado, especificamente em Ferreira Gomes onde é possível visualizar os prejuízos causados pelas barragens ao Rio Araguari, que serve como fonte de renda para quem depende do mesmo para sobreviver através da pesca. Por esse motivo, aqui coloca-se uma problemática significativa desta pesquisa: a implantação de usinas hidrelétricas neste município seria uma fonte de energia e desenvolvimento. Porém, para ‘quem’ seria esse desenvolvimento?

Em matéria para o G1-Amapá no ano de 2016, é relatado pelos pescadores a mortandade de peixes no Rio Araguari que ocorrem desde o ano de 2014, e teria como fator os grandes projetos na localidade. Segundo os pescadores da região, os empreendimentos causaram prejuízos e afetaram a rotina de quem necessita do rio para a pesca, como forma de conseguir renda. Desde 2014 são registradas mortes de peixes no Rio Araguari, e a causa do dano ambiental pode estar relacionada a atuação das hidrelétricas, segundo laudo do Instituto de Meio Ambiente do Amapá (Imap), o que reforça a opinião dos pescadores. A poluição na água é descartada por causa da característica do rio, que tem grande capacidade de diluir substâncias; o agravamento do dano ambiental é a principal preocupação dos moradores de Ferreira Gomes.

O Imap constatou que os peixes recolhidos próximo às hidrelétricas apresentavam alterações físicas, a exemplo de bolhas embaixo da pele e olhos sobressaltados, características de embolia gasosa devido à supersaturação da água liberada pelo vertedouro, mecanismo usado para controlar a vazante do excesso que chega ao reservatório durante o período de chuvas. (G1/AP, 2016).

Com tudo o que ocorreu com o Rio Araguari nos últimos anos, restou aos moradores de Ferreira Gomes as lembranças de uma cidade que tinha o rio como uma das principais fontes de renda, mostrando que a modernização oferecida pelas usinas hidrelétricas exigiu um ‘preço’, sendo assim, a improdutividade do Rio Araguari. Moroni Guimarães, morador do município e presidente da Associação Atingidos por Barragem (Atinba), entidade que representa os afetados pelas hidrelétricas no Araguari, foi entrevistado em



2016 pelo G1-Amapá, compartilha seu ponto de vista sobre a atual Ferreira Gomes, onde relatou o seguinte: “Ferreira Gomes era sossegada, tínhamos paz e tranquilidade. Depois da vinda das hidrelétricas, acabou o sossego da população. O progresso prometido para a região não aconteceu”. É possível identificar que esses projetos considerados rentáveis e “modernos” se caracterizam, na verdade, através de uma exploração dos Rio Araguari que tem sido secularmente excessiva e predatória (LOUREIRO, 2009).

Com o início da operação das hidrelétricas sob o Rio Araguari, os impactos sociais causados pelas barragens logo surgiram. Tais impactos causados pela abertura das comportas da UHE Cachoeira Caldeirão afetam diretamente na elevação do rio Araguari, que já puderam ser sentidos no ano de 2015, onde a cheia do rio atingiu 5,5 metros. Isto corresponde a 2,3 metros acima do considerado normal para a região e atingiu cerca de 1,4 mil pessoas, e ocorreu após abertura da barragem (G1 NOTÍCIAS, 2015a; 2015b). Durante esse evento, ruas do município foram alagadas e muitas famílias sentiram o resultado direto do que é morar nas proximidades desses grandes empreendimentos.

A Ferreira Gomes S/A não possui um plano emergencial para inundações ou para controlar a mortandade de peixes que ocorre no Rio Araguari, devido às operações das comportas. Entretanto, a hidrelétrica se vê questionada sobre a responsabilidade desses eventos ambientais na bacia do Rio Araguari.

A Ferreira Gomes Energia, (...) disse que na noite de 7 de maio de 2015, a enchente que atingiu parte da cidade de Ferreira Gomes foi provocada pela Cachoeira Caldeirão, hidrelétrica que está sendo construída pela EDP na região. Segundo a empresa, um volume de água do rio foi liberado pela Cachoeira Caldeirão sem que houvesse comunicação às demais hidrelétricas instaladas no Araguari: a Ferreira Gomes Energia e a Coaracy Nunes. A EDP disse que comunicou a abertura de uma ensecadeira às empresas. De acordo com a prefeitura, mais de 600 pessoas foram atingidas pela cheia. A cidade está em situação de emergência. (G1 NOTÍCIAS, 2005b)

Neste sentido, as empresas nunca assumiram a responsabilidade por esses impactos, dessa forma essas ocorrências se tornaram objeto de uma ação impetrada pelo Ministério Público em desfavor da Usina Ferreira Gomes S/A pelo motivo de dano ao meio ambiente, tendo em vista que esses desdobramentos se encontram em andamento.

Pesquisadores do programa de pós-graduação em Biodiversidade Tropical, professores da Universidade Federal do Amapá (Unifap), Darren Norris e Fernanda Michalski, apresentaram estudo que revela os impactos ambientais causados com a construção da barragem da empresa hidrelétrica Cachoeira Caldeirão.

De acordo com os pesquisadores, o reservatório da empresa enche 20 km a mais do que previsto no EIA/RIMA, e o desaparecimento do quelônio da espécie tracajá é apontado como um dos efeitos após a instalação da barragem. Desde 2011 os docentes e discentes da pós-graduação monitoraram cerca de 150 km dos rios Araguari e Fausino, para avaliarem a formação de ninhos e desova de tracajás. Eles identificaram que após a instalação da barragem, 41 praias foram alagadas, e 106 sítios de nidificação ficaram submersos com o preenchimento do reservatório. Outra constatação do estudo é relacionada à população, que sofre os efeitos da hidrelétrica com as inundações do rio Araguari, que afetam residências e plantações. (DIÁRIO, 2018).

Com as pesquisas efetuadas sobre as hidrelétricas em Ferreira Gomes é visível os impactos negativos na região. São pesquisas de anos que só constata a exploração predatória desses grandes projetos, e que certamente não oferecem modernização alguma e muito menos desenvolvimento para a região e seu entorno.

Saint Clair Trindade Junior (2010) explica as diferenciações internas no interior da Amazônia, explanando quais as diferenciações sociais e territoriais que ele reconhece e quais as causas encontradas para a explicação destas diferenças. Outra questão sob a qual Trindade Junior contribui, é propor uma interpretação para o processo de modernização da Amazônia, onde ele define o período em que ela iniciou e as causas para se ter iniciado, caracterizando quais os efeitos desta modernização para a atual formação da sociedade amazônica.

Os povos amazônidas têm racionalidades próprias de estruturação de suas sociedades e de relação com a natureza. Estas racionalidades próprias têm efeitos diretos sobre suas economias e sobre a forma como compreendem os recursos naturais. Quando do avanço do processo de modernização sobre o território e sociedade amazônica, a lógica da modernidade entra em antagonismo direto com as racionalidades tradicionais destes povos.

Para explicar as diferenciações internas no interior da Amazônia, Saint Clair Trindade Junior utiliza a expressão “cidades na floresta”, onde procura fazer a diferenciação face

a outro tipo de cidade - “cidades da floresta” - que foi predominante até meados do século XX (Ferreira Gomes se encaixa nesta expressão), quando então a Amazônia passou a vivenciar seu processo de efetiva integração territorial ao Nordeste e ao Centro-Sul brasileiros. Assim, definir a cidade na Amazônia para além da paisagem pressupõe levar em conta elementos outros que considerem a relação das mesmas com seu respectivo entorno e com os processos que a região vivenciou a partir de sua efetiva integração nacional.

Em decorrência destes últimos atributos, são cidades com pouca modernização econômica e territorial, onde o chamado meio técnico-científico informacional se faz presente de maneira muito tímida, se comparadas a outras cidades brasileiras e mesmo da região amazônica em específico. De qualquer forma, não se pode pensar essas realidades como sendo excludentes e duais. Pelo contrário, a convivência de relações, de temporalidades, de espacialidades e de padrões territoriais, nos faz reconhecer a complexidade do processo de urbanização na região.

Sendo assim, Trindade Junior (2010) discorre que as “cidades da floresta” eram, até a década de 1960, as mais comuns na região. Suas características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada.

As “cidades na floresta”, por outro lado, são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo, energia etc.). (TRINDADE JUNIOR, 2009, p. 118).

As cidades ribeirinhas, dessa forma, têm fortes enraizamentos, fortes ligações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional; enraizamentos estes que traduzem estreita relação com o rio, não simplesmente pela localização absoluta, devido ao fato de estarem à beira do rio, mas, e principalmente, por apresentarem uma interação funcional com esse elemento natural. São exemplos disso, a circulação fluvial, de subsistência material (fonte de recursos alimentares, uso doméstico etc.), a utilização lúdica (uso do rio para o lazer) e simbólica (a importância

do rio no imaginário sociocultural). Por isso, são, a rigor: a) cidades pequenas quanto ao seu tamanho populacional e à extensão de seu formato territorial; b) localizadas às margens dos rios, e, em geral, de grandes rios, seja considerando a sua largura, seja levando em conta o volume de água e, ainda, o tamanho de seu curso fluvial, sendo este, inclusive, um importante atributo fisiográfico a ser considerado; c) tradicionais, no sentido do ordenamento espacial do conjunto espacial onde se inserem, do padrão de seu ordenamento interurbano, da produção econômica e das relações socioculturais locais e regionais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de instalações de novas usinas hidrelétricas em Ferreira Gomes, em relação a aura do “progresso” e “modernização”, tem gerado muito mais prejuízos para a população local e muitas incertezas com relação ao futuro, é impossível não identificar essas problemáticas. O modo de vida na região foi extremamente afetado economicamente e socialmente por esses grandes projetos, que, até hoje alguns moradores que se mobilizaram através de um movimento social lutam contra essa forma predatória de explorar a região do Rio Araguari e da cidade de Ferreira Gomes. As compensações sociais e ambientais prometidas pelas construtoras não foram cumpridas, gerando o desamparo para com a comunidade, outrossim aos reassentados.

A população de baixa renda – parte mais afetada pelas barragens – não tem voz nem visibilidade nos meios de comunicação do Amapá. São poucas matérias, reportagens que é possível identificar as denúncias dos moradores e movimentos sociais que retratam sobre o problema da região. Diferente de outros locais do Brasil, marcados por muitas tensões sociais, a construção das usinas hidrelétricas em Ferreira Gomes gerou muito pouco debate e foi aprovada sem nenhuma resistência.

Aproveitar o potencial turístico e pesqueiro do rio Araguari geraria muito mais renda e melhoraria muito mais a qualidade de vida dos moradores de Ferreira Gomes - sem precisar afetar a fonte de renda dos pescadores (fato que marcou a vida da população, sendo a pesca sua principal fonte de renda) e das comunidades do entorno, do que construir hidrelétricas que não gerarão energia para o Estado do Amapá.

Repensar uma nova forma de desenvolvimento, ‘modernização’, que, de fato, inclua as comunidades da região e seu entorno de forma que esses projetos ofereçam políticas de desenvolvimento efetivos. É imprescindível reavaliar a forma que esses grandes

projetos adentraram a região, reconhecer os erros e inadequações do processo de exploração do Rio Araguari e assumir responsabilidade com os grupos afetados pelo funcionamento das hidrelétricas. Fonte de energia para quem?

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Margarida Ribeiro; MACHADO, Carlos José Saldanha; MOULTON, Timothy Peter. **Construção de hidrelétricas e saúde pública no Brasil: síntese e crítica de um processo.** In: V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis – SC, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT4-110-62-20100819153705.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

AYRES, Madalena Junqueira. **O processo decisório de implantação de projetos hidrelétricos no Brasil: análise dos casos-referência da Usina de Barra Grande e do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira à luz da avaliação ambiental estratégica.** 2009. Dissertação (Mestrado em Direito). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2009.

**Diário do Amapá – compromisso com a notícia.** Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/estudo-cientifico-aponta-impactos-ambientais-no-rio-araguari-diz-mp-ap/>

FEARNSSIDE, Philip Martin. **Água na Amazônia: questões ambientais e sociais.** Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) - 2010. Disponível em: <[http://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/Preprints/2011/Agua%20na%20Amazonia-Preprint.pdf](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Preprints/2011/Agua%20na%20Amazonia-Preprint.pdf)>. Acesso em: 07 de jan. 2013.

FENILL, G. Zomer. **Impactos sócio-ambientais causados pela implantação da Usina Hidrelétrica ITA.** COBRAC 2002 · Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. UFSC Florianópolis · 6 a 10 de outubro 2002.

G1 - Amapá. **Hidrelétricas em rio no AP mudam rotina de pescadores; veja relatos.** Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/02/hidreletricas-em-rio-no-ap-mudam-rotina-de-pescadores-veja-relatos.html>

Disponível em: <https://bacabanews.wordpress.com/2015/06/05/pescadores-e-agricultores-sofrem-com-hidreletricas-em-ferreira-gomes-ap/>

G1 NOTÍCIAS, **Nível do rio Araguari em Ferreira Gomes chegou a 5,5m, diz Defesa.** 08/05/2015a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/nivel-do-rio-araguari-em-ferreira-gomes-chegou-55m-diz-defesa.html>>. Acesso em: 8 mar. 2016.

G1 NOTÍCIAS, **Empresa diz que cheia em Ferreira Gomes foi causada por hidrelétrica.**

**08/05/2015b.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/empresa-diz-que-cheia-em-ferreira-gomes-foi-causada-por-hidreletrica.html>>. Acesso em: 8 mar. 2016

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Dados do censo 2010:** Amapá. Diário Oficial da União. 04 nov. 2010. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php? =16](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php? =16)> Acesso em: Acesso em: 17 de fev. 2013.

LAURANCE, William Frederick. **Infraestrutura na Amazônia: as lições dos planos plurianuais.** Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 87-98. Jan./abr. 2012.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico.** Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 -dezembro 1999.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento.** São Paulo: Empório do Livro, 2009.

PANTOJA, Giselly Marília Thalez; ANDRADE, Rosemary Ferreira de. **Impactos socioambientais decorrentes dos projetos hidrelétricos na bacia do Rio Araguari: do aumento populacional a disseminação da malária.** Macapá, n. 4. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, 2012.

PONTES, Zuleide Maria de Fátima. **Análise das implicações dos anofelinos (Diptera: culicidae) no entorno do Aproveitamento Múltiplo de Manso, estado de Mato Grosso Brasil.** 2009. 104f. Dissertação de Mestrado – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Christian Nunes da; LIMA, Ricardo A. P; SILVA, João M. P. da. **Uso do território e impactos das construções de hidroelétricas na bacia do rio Araguari (Amapá-Brasil).** Revista PRACS, Macapá, v. 9, n. 2. p, 123-140, jul./dez. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>>. Acesso em: 24 out. 2018.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico.** Revista ieb n50 2010 set. /mar. p. 13-138.